

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Após 119 anos, Paraná volta a ter um nome no Supremo Tribunal Federal

O professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Luiz Edson Fachin foi aprovado ontem pelo Senado, por 52 votos a 27, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de ter conquistado 11 votos a mais que os 41 necessários, o jurista passou pela votação mais apertada entre os cinco indicados pela presidente Dilma Rousseff para o STF desde 2011. Fachin rompe um período de mais de um século sem representante do Paraná na corte máxima do país. O último paranaense a ocupar uma cadeira no tribunal foi Ubaldino do Amaral, entre 1894 e 1896.

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Após tensão e polêmica, Senado aprova a indicação de Fachin ao Supremo

Professor da UFPR teve 52 votos a favor e 27 contra. Paraná não tinha um ministro no STF havia 119 anos

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

O jurista paranaense Luiz Edson Fachin foi aprovado nesta terça-feira (19) pelo Senado, por 52 votos a 27, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de ter conquistado 11 votos a mais que os 41 necessários, o professor da UFPR passou pela votação mais apertada entre os cinco indicados pela presidente Dilma Rousseff para o STF desde 2011. Foram decisivos para o resultado o empenho do Palácio do Planalto, além de uma rara aliança entre todas as forças políticas e da comunidade jurídica do Paraná.

Fachin tem 57 anos e nasceu em Rondinha, no interior do Rio Grande do Sul. Aos dois anos mudou-se para o Paraná, onde construiu toda a carreira jurídica e tornou-se

cidadão honorário de Curitiba. Costuma se definir como paranaense “por criação”.

Com ele, o estado volta a ter um representante no STF após 119 anos. O último paranaense a ocupar uma cadeira no tribunal havia sido Ubaldo do Amaral, entre 1894 e 1896. Pós-doutor, Fachin é um dos mais respeitados especialistas do país nas áreas de Direito Civil e de Família.

O professor é cotado para o STF há mais de uma década — esteve seis vezes entre os “finalistas”, desde o primeiro mandato de Lula e, em 2010, chegou a dizer que desistiria de disputar novas indicações. Desde que Dilma oficializou a escolha, em 14 de abril, sofreu uma série de resistências que uniram setores do PMDB e da oposição. Nos bastidores, o principal adversário da nomeação foi o presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL).

Embora nunca tenha declarado abertamente ser contrário a Fachin, Renan manobrou várias vezes para dificultar a aprovação. O paranaense também sofreu duras

críticas de parlamentares de DEM e do PSDB, além de membros das bancadas ruralista e evangélica, por ter perdido votos para Dilma na eleição presidencial de 2010, por suposta simpatia ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e por ter uma interpretação da Constituição considerada demasiada liberal — foi acusado, por exemplo, de defender a poligamia.

Durante sabatina de 12 horas, na semana passada, adotou uma postura mais conservadora e ajudou a amenizar os ataques. Nesta terça-feira, apenas o senador Magno Malta (PR-ES) foi à tribuna para pedir voto contrário à aprovação de Fachin.

CONTINUA

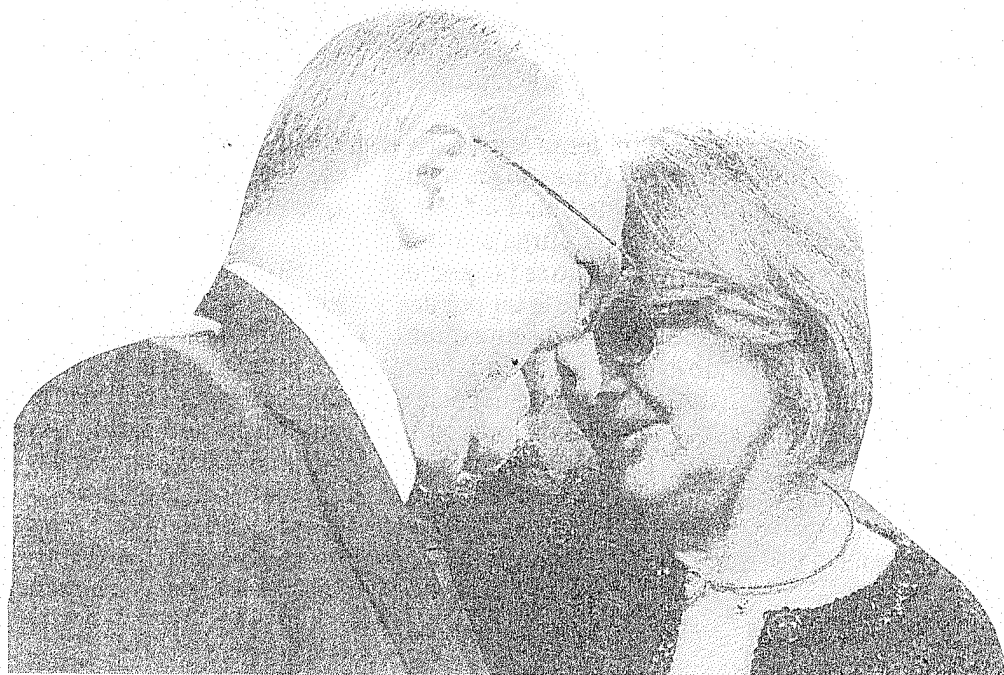
20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A posse do professor deve ocorrer nos próximos dias e vai recompor a formação completa do STF. Desde a aposentadoria de Joaquim Barbosa, em julho do ano passado, o tribunal tem feito julgamentos com apenas 10 ministros. A demora na indicação também minou a escolha de Dilma.

Senadores como Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) trabalharam para retardar a votação, com a justificativa de que o governo não tinha legitimidade para cobrar pressa. Com a aprovação da PEC da Bengala, que estende a aposentadoria dos ministros de 70 para 75 anos, Fachin poderá permanecer no STF até 2033.



Fachin e sua mulher, Rosana, na semana passada, na 1ª aprovação de seu nome, na CCJ do Senado. Ontem, ele não compareceu ao Congresso, mas estava num hotel em Brasília.

CONTINUA

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Votação de Fachin rachou o PSDB

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Horas antes da aprovação do paranaense Luiz Edson Fachin para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), os 12 senadores do PSDB realizaram uma reunião que contrapôs dois antigos aliados — os mineiros Aécio Neves e Antonio Anastasia. Presidente do partido, Aécio defendeu que a sigla deveria fechar questão contra Fachin. Anastasia foi contra e o comando da legenda liberou a bancada para votar como quisesse.

A decisão foi uma vitória do paranaense Alvaro Dias. Contrariando o partido, ele assumiu a relatoria da indicação de Fachin e fez campanha aberta pela aprovação do professor da UFPR. Nesta terça-feira (19), ele disse acreditar que os tucanos deram sete votos a favor do jurista. Dentre eles, estariam os de Anastasia e José Serra.

Mesmo que todos os senadores dos partidos de oposição (PSDB, DEM e PPS) tenham votado contra Fachin, pelo menos outros nove parlamentares da base aliada contrariaram a indicação de Dil-

ma. Proporcionalmente, o professor conseguiu 64% dos votos do plenário e 74% dos votos dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, na semana passada.

A pressão contrária ao paranaense ganhou força com um buzinaço que reuniu cerca de 30 carros na rua em frente do plenário do Senado, no momento da votação. Uma faixa do Movimento Brasil Livre foi estendida com a mensagem #fachinnão. O grupo é um dos principais organizadores das manifestações recentes contra Dilma.

Outra faixa colocada no gramado da entrada do Congresso apresentava a mesma mensagem e dizia que “o Brasil não quer um Supremo partidário”. Ao lado, havia frases que pediam intervenção das Forças Armadas.

A aprovação de Fachin trouxe alívio à presidente Dilma Rousseff. Ela conversou com o paranaense, por telefone, e teria chorado após saber do resultado.

Fachin acompanhou a votação com a família em um hotel de Brasília. Em nota, ele agradeceu ao Senado e à Presidência da República. “Chegar ao STF não é apenas a realização de um sonho e sim, especialmente, a concretização de uma trajetória que a partir de hoje se converte em compromisso com o presente e o futuro”, diz o texto do jurista paranaense.

CONTINUA

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

QUEM É O NOVO MINISTRO

Um pouco mais sobre
Luiz Edson Fachin:

Profissão: advogado e professor universitário

Nascimento: 9/5/1958

Naturalidade: Rondinha (RS)

Formação: Direito na UFPR.

Mestre e doutor pela PUC-SP, e pós-doutor no Canadá

Pontos fortes: é referência no

Direito Privado Constitucional

Polêmicas: foi acusado de ter agido de forma ilegal ao atuar simultaneamente como advogado e procurador do Paraná.

Também é cobrado por ter apoiado a candidatura de Dilma em 2010, por ter ligação com o MST e por posições referentes à família, como defender a extensão do direito de pensão alimentícia às amantes.

Richa, Gleisi e Alvaro se uniram pela indicação

Logo após a votação que aprovou a indicação de Luiz Edson Fachin ao Supremo Tribunal Federal (STF), um grupo com mais de 20 políticos e representantes do meio jurídico paranaense se reuniu no fundo do plenário para posar para fotos. Adversários na eleição do ano passado, o governador Beto Richa (PSDB) e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) estavam juntos. Rival da dupla, o senador Alvaro Dias (PSDB) foi fundamental nos bastidores para romper as resistências sobre a ligação de Fachin com

os petistas.

Em dia de manifestação contra o governo estadual com milhares de pessoas no Centro Cívico, Richa viajou para Brasília e esteve acompanhado da vice-governadora Cida Borghetti (Pros) e do secretário de Assuntos Estratégicos, Flávio Arns. Deu várias entrevistas, reuniu-se com Aécio Neves e reiterou o pedido de votos favoráveis a Fachin.

Requião ausente

O terceiro senador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), fez campanha pelo professor, mas faltou à sessão desta terça-feira (19). Ele estava em viagem oficial à Letônia. Apenas dois senadores não compareceram: Requião e Zezé Perrella (PDT-MG). (AG)

Fachin no STF

A indicação do jurista tornou-se quase uma causa paranista, reunindo apoios de vários partidos e unindo sob um só discurso velhos desafetos políticos

Depois de uma longa espera, finalmente o jurista Luiz Edson Fachin terá um assento entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Sempre mencionado quando surgiam vagas para o tribunal, seu nome foi cogitado para o cargo ao menos seis vezes até ser oficialmente indicado pela presidente Dilma Rousseff neste ano para ocupar a vaga aberta pela saída do ministro Joaquim Barbosa em julho do ano passado. A indicação de Fachin foi aprovada na terça-feira pelo Senado, com 52 votos a favor e 27 contrários, uma semana após a dura e histórica sabatina a que foi submetido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A posse do novo ministro ainda não foi marcada.

Conhecido e respeitado por sua atuação nos meios acadêmicos, e visto como um dos grandes juristas do país, Fachin viu sua indicação ao Supremo tornar-se quase uma causa paranista, reunindo apoios de vários partidos e unindo sob um só discurso velhos desafetos políticos. Foram raríssimas as ocasiões em que, desde a emancipação de 1853, forças políticas antagônicas, em conjunto com diversos setores da sociedade paranaense, puseram-se em concordância e lutaram em favor de um interesse comum. Não é sempre que se vê do mesmo lado, por exemplo, o governador Beto Richa e os senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann.

Mas, mesmo com tanto apoio, sua trajetória rumo ao STF não foi tão tranquila como se poderia supor. Fachin sentiu na pele a rugecada vez mais evidente entre Dilma e sua base de aliados, como Renan Calheiros, presidente do Senado, que em mais de uma ocasião demonstrou descontentamento com a indicação. Alguns aspectos da biografia do jurista também foram severamente questionados.

Causou controvérsia, por exemplo, sua possível ligação com movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), reconhecido por sua atuação violenta e posicionamentos de extrema-esquerda. Mas durante a sabatina a que foi submetido no Senado, o jurista garantiu não ter qualquer simpatia por esses grupos e disse ser contra qualquer tipo de violência por parte de movimentos sociais.

De acordo com o advogado, no momento em que os movimentos sociais se deturpam, deve ocorrer a intervenção do Estado por meio do Judiciário. O apoio aberto de Fachin à Dilma Rousseff na campanha de 2010 — um vídeo mostra o jurista pedindo votos para a então candidata — também colocou em dúvida sua capacidade de poder distanciar-se das suas preferências ideológicas na hora de se posicionar no plenário do STF.

De qualquer modo, a ampla maioria que Fachin obteve na votação final reflete, além de sua capacidade pessoal e predicados, a tendência esperada. Desde 1889, quando foi proclamada a República, o Senado rejeitou apenas cinco indicações para o cargo de ministro do STF, enquanto 166 ministros indicados pela Presidência foram aprovados pelos senadores. Esse simples fato já dava a entender que, uma vez indicado, as chances de Fachin ser alçado ao Supremo eram bastante favoráveis.

Uma vez confirmado como ministro do Supremo, a sociedade espera de Fachin uma atitude lúcida diante das inúmeras questões de relevo em que terá de se posicionar. Em sua sabatina histórica, com 12 horas de duração, ele afirmou várias vezes em resposta aos questionamentos feitos pelos senadores que saberia distinguir os momentos em que poderia exercer suas preferências políticas e partidárias daqueles em que deveria atuar como juiz imparcial, embasado apenas nas diretrizes previstas na Constituição e na legislação. Se assim o fizer, poderá estar perto de honrar o lugar deixado pelo seu antecessor, o implacável ministro Joaquim Barbosa, até hoje reconhecido como o algoz dos mensaleiros.

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO BESSA

Suprema emoção 1

“Recebi com muita emoção ao lado da minha família, dos amigos e dos corações dos paranaenses. Espero realizar o compromisso que assumi de levar justiça e bem-estar ao país. [Recebi] Com muita felicidade, muita emoção e muita honra”. A declaração foi dada à coluna ontem, às 20h10 minutos, por telefone, pelo novo ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin. Ele já estava em seu apartamento em Brasília, onde recebia cumprimentos pela aprovação de seu nome, horas antes, pelo Senado.

•••

Estavam presentes no apartamento o governador Beto Richa, a vice Cida Borghetti, o senador Alvaro Dias, os presidentes da OAB-PR, Juliano Breda, e do Instituto dos Advogados do Paraná, José Lucio Glomb, dentre vários outros paranaenses.

Suprema emoção 2

Alvaro, que trabalhou intensamente pela aprovação do nome de Fachin, foi bastante cumprimentado, ainda no plenário do Senado, logo após o anúncio do resultado da votação. “O mundo jurídico brasileiro recebeu muito bem a aprovação. Fachin é considerado um verdadeiro advogado no STF”, declarou Glomb à coluna.



10

**MINISTRO
LUIZ EDSON FACHIN**

Éis camisa com que o presidente do Coritiba, Rogério Bacellar, apresentará o novo ministro do STF e coxa branca Luiz Edson Fachin. A peça será entregue amanhã em Brasília.

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Sem autonomia

Os desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) discutiram na segunda-feira (18) os fundamentos de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre um dos artigos da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná. O trecho trata do provimento de defensores para a instituição e obriga que, além do defensor público-geral, o governador do estado tenha que assinar as nomeações – o que, segundo a ADI, fere o princípio de autonomia da instituição. De acordo com os desembargadores, a apreciação da questão resolveria tantas outras ações que tramitam no TJ, já que tratam justamente da nomeação de defensores públicos.

Problema de caixa

As divergências entre os desembargadores giraram em torno, principalmente, da situação econômica do estado, com o argumento de que o Paraná “não possui orçamento” para nomear mais defensores sem a autorização do governo. O relator da ADI, desembargador Guilherme Freire de Barros Teixeira, sugeriu, então, o encaminhamento da questão para parecer do Ministério Público (MP), que deve se manifestar em até 15 dias.

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Taxas do Funrejus/TJ-PR não são dos cartórios

As taxas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) sobre os serviços notariais e registrais paranaenses são direcionadas exclusivamente para o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário do Paraná (Funrejus). A Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) esclarece, portanto, que não houve mudança nas custas de remuneração dos cartórios, que permanecem inalteradas e com teto de acordo com a tabela de emolumentos disponíveis no site da instituição: www.anoregpr.org.br. Isto é: as taxas do Funrejus/TJ-PR não são dos cartórios.

"A população precisa estar atenta de que a taxação dos custos dos serviços notariais e registrais do estado ocorre devido ao Funrejus, sendo apenas emitida para cobrança nos cartórios, mas cuja arrecadação é direcionada exclusivamente para o TJ-PR, que utiliza recursos para equipar o Poder Judiciário com a construção de fóruns, melhorias das instalações e aquisição de equipamentos para agilizar a prestação jurisdicional", explica o presidente da Anoreg-PR, Robert Jonczyk.

A mudança concreta é que, com a vigência da Lei estadual nº 18.415, desde 30 de março deste ano, as taxas do Funrejus/TJ-PR foram modificadas e reajustadas. De acordo com a Lei, não há mais teto para a cobrança da taxa do Funrejus/TJ-PR sobre os serviços com expressão econômica declarada, como ocorre com as escrituras públicas

imobiliárias, oneradas em 0,2% sobre o valor total do bem. A Lei determina ainda a incidência de uma taxa de 25% sobre todos os procedimentos sem expressão econômica declarada, como nos reconhecimentos de firma, por exemplo.

Entenda como funciona

Todos os atos praticados sem expressão econômica declarada, como a autenticação de assinatura, ou reconhecimento de firma, por exemplo, são onerados pela taxa do TJ-PR em 25% com base na tabela dos emolumentos dos cartórios extrajudiciais. Isso significa que, se antes um reconhecimento de firma tinha o custo de R\$ 3,62, agora custa R\$ 4,52, sendo que o valor adicional é inteiramente arrecadado para o Funrejus/TJ-PR em guia apropriada.

Nos atos com expressão econômica declarada, como é o exemplo de uma escritura pública imobiliária, a medida institui a alíquota de 0,2% em relação ao valor do bem e elimina o teto até então vigente. Antes, o valor máximo a ser recolhido para o Funrejus seria de R\$ 1.821,20 caso a alíquota superasse esse valor. Com a vigência da nova Lei e atualização dos critérios, não há mais limite para a cobrança. Para um imóvel de R\$ 1 milhão, por exemplo, o valor da taxa a ser recolhido será de R\$ 2.000,00, enquanto que no caso de um imóvel de R\$ 10 milhões, R\$ 20.000,00 serão direcionados para o Poder Judiciário do estado, por meio do Funrejus/TJ-PR.



Cartórios: presentes nos momentos mais importantes da vida do cidadão.

ANOREG-PR
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» REGISTRO CIVIL

Número de uniões estáveis cresce mais que o de casamentos

Entre 2010 e 2014, a modalidade foi proporcionalmente mais requisitada no Paraná do que o casamento civil, que ainda lidera em número absoluto

Rodrigo Batista

Apesar de o número de casamentos ter aumentado no Paraná nos últimos cinco anos, a união estável foi a modalidade de união que mais cresceu proporcionalmente no período. Enquanto de 2010 e 2014 os casamentos tiveram alta de 21%, os concubinatos subiram 161%, segundo a Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR).

Em números absolutos, o casamento ainda supera a união estável. Em 2014 houve 61.470 casamentos no estado (incluindo os homoafetivos) ante 10.544 uniões estáveis.

Um dos motivos para a maior procura pela união estável seria o fato de essa modalidade ter passado a garantir praticamente os mesmos direitos do casamento. É o que aponta a professora de Direito Civil da Universidade Positivo Glenda Gonçalves Gondim.

“Sempre existiram muitas uniões estáveis, mas com a equiparação de direitos entre essa união e o casamento, muitos casais passaram a formalizar em cartório que estavam juntos dessa forma”. Isso ocorreu, segundo Glenda, após a Constituição de 1988 e com o Código Civil de 2002.

Questão cultural

O casamento pode ser visto por algumas pessoas com um conceito de difícil dissolução e mais formalidade, diz a professora de psicologia social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Neuzi Barbarini. Para ela, a simbologia do casamento faz com que as pessoas se sintam mais presas se fizeram essa opção, mesmo com a facilitação do divórcio. “As pessoas não têm mais paciência de lidar com as diferenças do parceiro. Optam pela união estável, que dá proteção jurídica, mas não tem a relação [cultural] do casamento associada.”

Para o diretor de Registros de Títulos e Documentos da Anoreg-PR, Arion Toledo Cavalheiro Junior, a tradição que envolve um casamento, mesmo realizado no civil, pode ser um dos motivos para que essa procura por uniões estáveis tenha crescido mais.

“O que também vejo no meu cartório, por exemplo, é que muitas pessoas decidem

pela união porque o casamento já leva a uma festa, a um jantar, e isso tem um gasto.” Outro motivo apontado por ele é que casais que já passaram pela experiência do casamento optam pela união antes de casar novamente. “É como um *test-drive*. Se der certo, casam de novo.”

DIFERENÇA

Para quem se casa ou oficializa uma união estável, os direitos são quase os mesmos, explica a professora de Glenda Gonçalves Gondim, da Universidade Positivo. A diferença ocorre no direito sucessório. “Se uma pessoa falecer em uma união estável, o companheiro terá de concorrer com parentes na partilha de bens. Ele terá os mesmos direitos que um irmão da pessoa que faleceu, por exemplo, ao contrário do casamento, em que o cônjuge tem mais direitos que um irmão”, esclarece. A constitucionalidade dessa questão ainda é discutida na Justiça, segundo a professora.

CONTINUA

20 MAI 2015

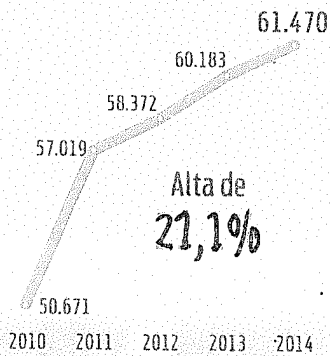
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

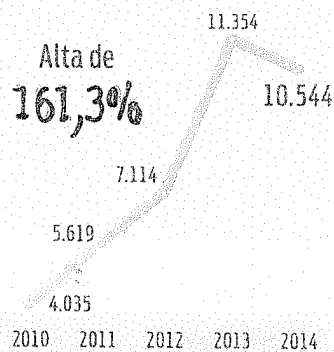
EM ALTA

Nos últimos cinco anos, o número de uniões estáveis cresceu proporcionalmente mais do que o de casamentos no Paraná, segundo dados da Anoreg-PR:

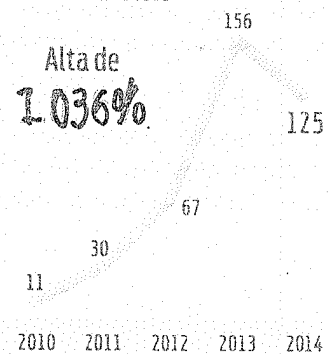
CASAMENTOS



UNIÕES ESTÁVEIS



UNIÕES ESTÁVEIS HOMOAFETIVAS



Fonte: Anoreg-PR. Infografia: Gazeta do Povo.

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Mulher vai à Justiça por tratamento gratuito de câncer raro

A promotora de eventos Leli Lourenço Córdova, 48 anos, tem um câncer raro e muito agressivo. O adenocarcinoma de pulmão já se espalhou pelo corpo. O tratamento custa R\$ 9 mil mensais e ela trava uma batalha judicial para receber o medicamento. O advogado Paulo César Bulotas entrou com ações contra o município, o estado e a União exigindo o pagamento do tratamento, mas não há consenso sobre o responsável pelo fornecimento da medicação. Há juízes que concedem tutela antecipada, ou seja, determinam que o medicamento seja fornecido, mesmo que o processo não esteja finalizado. Neste caso, o juiz preferiu pedir uma perícia, para ver se o Tarceva é o medicamento correto. Só depois ele vai decidir se o SUS deve ou não fornecer, e de quem será a responsabilidade. perícia será no mês que vem.

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Processo contra Sininho e outros 22 ativistas é suspense

❖ O desembargador Siro Darlan, da 7.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, concedeu na noite de segunda-feira (18) uma liminar suspendendo o processo que corre no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro contra 23 ativistas que participaram das manifestações em 2013 e 2014. Eles respondem por associação criminosa e atos violentos durante os protestos. O processo foi suspenso por uma acusação adicional de corrupção de menores que figura nas alegações finais do Ministério Público do Rio, responsável pela acusação.

“Acrescem que a presença de adolescente em suposta associação criminosa não se confunde com o tipo legal de corrupção de menores. Entendem os impetrantes, portanto, a ocorrência de cerceamento de defesa e ausência de correlação entre a acusação e sentença, inclusive porque não se adotou o procedimento previsto no artigo 384 do Código Processual Penal”, escreveu o desembargador.

Com a liminar, o processo fica suspenso até a 7.^a Câmara Criminal julgar a acusação de corrupção de menores presente. A decisão, entretanto, não revoga a ordem de prisão contra Elisa Quadros Pinto Sanzi, conhecida como Sininho, Karlayne Moraes Pinheiro, a Moa, e Igor Mendes da Silva. Silva é o único dos ativistas

que ainda está preso — Sininho e Moa estão foragidas e os demais respondem ao processo em liberdade. Os três tiveram um habeas corpus negado pelo Tribunal de Justiça do Rio em dezembro de 2014.

A defesa espera agora que um habeas corpus pedido ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em fevereiro em favor de Sininho, Moa e Igor Mendes da Silva seja julgado antes da decisão da 7.^a Câmara Criminal.

STF quebra sigilo de advogado ligado a Renan

❖ O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a quebra de sigilo bancário do advogado Paulo Roberto Baeta Neves. Segundo reportagem publicada no jornal *O Globo*, o escritório de Baeta Neves recebeu, em setembro de 2008, depósito bancário no valor de R\$ 5,7 milhões. Em depoimento, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa disse que o valor pode ter sido repassado como propina ao deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) e ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL), investigados no STF por suspeita de participar das fraudes na estatal.

Segundo Costa os R\$ 5,7 milhões podem ter sido pagos como propina relacionada a um acordo entre a Petrobras e o Sindicato dos Práticos, que representa os profissionais de orientação naval. O ex-diretor da Petrobras disse ainda que receberia R\$ 800 mil se ajudasse na correção da tabela dos práticos. O pagamento seria feito por meio do escritório de advocacia de Baeta Neves.

20 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Justiça reitera proibição ao corte de serviço

A 34.ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou nesta terça-feira (19) recurso de operadoras de telefonia móvel e manteve liminar que impede o bloqueio de internet por celular em São Paulo, após o uso da cota diária do pacote de dados — antes, a velocidade era apenas reduzida. A ação envolve as operadoras Claro, TIM, Oi e Vivo, que estão sujeitas à multa diária de R\$ 25 mil em caso de descumprimento.

De acordo com o desembargador Gomes Varjão, apesar de a interrupção se basear em resolução da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), pelos documentos constantes nos autos não ficou claro que, no momento da celebração dos contratos, o consumidor tenha sido informado que a forma de acesso à internet seria provisória e de caráter promocional, e que poderia ser modificada durante a execução do contrato, como aconteceu.

A Fundação Procon-SP obteve a liminar no último dia 12 e, desde então, as operadoras não podem bloquear a internet por celular após o uso da cota diária do pacote de dados.

Justiça condena sete acusados de envolvimento na máfia das sanguessugas

A Justiça Federal condenou sete acusados de improbidade administrativa por desvios de recursos que seriam destinados à Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, em São Paulo, no esquema que ficou conhecido como "máfia das sanguessugas". Eles deverão restituir cerca de R\$ 1 milhão pelos "danos causados à coletividade". Um dos condenados é o ex-deputado federal Amauri Gasques (PL-SP). Na ocasião em que seu nome foi citado na CPI das Sanguessugas, Gasques rebateu as suspeitas.

O grupo foi investigado em 2006 pela Polícia Federal na Operação Sanguessuga — fraude a licitações para compra de ambulâncias com recursos de emendas parlamentares. A sentença do juiz Paulo Cezar Duran, da 4ª Vara Federal Cível em São Paulo, condenou os acusados à perda de bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio de cada um, suspensão dos direitos políticos por oito anos e perda da função pública. A decisão também manteve a indisponibilidade dos bens móveis e imóveis decretada no início do processo judicial.

Ministro do Supremo nega habeas corpus a Nestor Cerveró

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki negou nesta terça-feira (19) um pedido de habeas corpus do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, que está preso na sede da Polícia Federal (PF) em Curitiba. A defesa de Cerveró usou o caso do ex-executivo da UTC Ricardo Pessoa para embasar seu pleito no Supremo. Ele também estava detido preventivamente e foi livrado da cadeia. Na semana passada, Pessoa firmou um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal. Zavascki negou o pedido, argumentando que as duas prisões têm origens diferentes. Segundo o ministro, Pessoa esteve encarcerado para evitar eventuais riscos ao processo, entre eles o de fuga, o de continuar praticando crimes, ameaçar testemunhas e apresentar documentos falsos. No caso de Cerveró, Zavascki acrescentou haver indícios de casos concretos. Disse que o ex-diretor teria recorrido à prática de lavagem de dinheiro para esconder patrimônio e ocultado um passaporte espanhol, "o que representa risco de fuga".

A conta está barata para o PSDB

O governador tucano Beto Richa chamou de “bandido” o auditor da Receita paranaense que acusou o caixa da última campanha do PSDB de ter recebido R\$ 2 milhões de uma quadrilha de servidores que fraudava crimes tributários. Luiz Antônio de Souza, o autor da acusação, está preso e vem colaborando com o Ministério Público. Ele é réu confesso num crime de corrupção de menores, mas, no caso das fraudes, há outros 14 servidores envolvidos, e o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual passou duas semanas na cadeia depois de permanecer foragido por 40 dias. Deixou a penitenciária encapuzando-se.

Souza confessou ter praticado bandidagens na Receita, amealhando um patrimônio de milhões de reais. Pedro Barusco, o “amigo Paulinho” e os empresários que vêm colaborando com as investigações das petrorroubalheiras também são delinquentes e o comissariado petista atolou-se tentando desqualificá-los. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Souza não citou o governador nominalmente. Mencionou um pedido que recebeu do ex-inspetor-geral e apresentou a nota fiscal de uma compra feita com seu CPF para que 70 divisórias fossem entregues no comitê tucano. Richa preferiu a retórica dos comissários petistas, desqualificando o denunciante. Antes, havia representado sem sucesso contra o promotor que conduz a investigação das fraudes.

O PT está pagando hoje pela promiscuidade em que se meteu ao tempo em que as boquinhas de seus quadros limitavam-se a mordidas em concessionários de serviços municipais. Coisa do século passado, fortaleceu hábitos que desembocaram no escândalo da Petrobras. Quem foi complacente ao julgar as roubalheiras petistas daquela época, vê hoje o tamanho de seu engano.

Nenhum grupo político tem o monopólio da virtude, mas todos são responsáveis pela maneira como se comportam diante do pecado.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso diz que “nunca se roubou tanto em nome de uma causa”. O tucanato paulista,

contudo, ainda carrega nas costas o escândalo do cartel de equipamentos ferroviários. Em 2008 a Siemens reconheceu que participava de um contubérnio para fornecimentos ao metrô de São Paulo e demitiu o presidente da sua filial brasileira “por grave contravenção das diretrizes da empresa”. Isso era resultado de uma faxina interna da Siemens e nada tinha a ver com política. Quando ela resolveu colaborar com as autoridades, o governador Geraldo Alckmin anunciou que pretendia processá-la: “As outras empresas não confessaram, mas a Siemens já confessou”. Sendo “ré confessa” devia devolver “centavo por centavo”. Sobrou para quem estava ajudando a Viúva. Passados sete anos, José Dirceu pegou uma cadeia, o “amigo Paulinho” está de tornozeleira, mas ninguém foi em cana pelo velho caso paulista. Até hoje não apareceu prova de que dinheiro arrecadado pela quadrilha tenha ido para o caixa do PSDB. Seria um roubo sem causa.

Rápido no gatilho ao reprimir manifestações de professores, Beto Richa conseguiu o impossível: rivaliza com a doutora Dilma em matéria de desgoverno. No caso das fraudes ocorridas na Receita Estadual nos últimos dez anos, já há 62 pessoas denunciadas pelo Ministério Público.

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Em vitória de Dilma, Fachin é aprovado para o Supremo

No plenário do Senado, jurista indicado pela presidente petista teve 52 votos a favor e 27 contra

O Senado aprovou em plenário Luiz Edson Fachin, 57, para ocupar uma cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal. Em votação secreta, ele recebeu 52 votos a favor e 27 contra. Não houve abstenções.

O resultado significa uma vitória para a presidente Dilma, que havia indicado o jurista gaúcho, que fez carreira no Paraná, para a vaga que estava aberta desde o ano passado, quando Joaquim Barbosa se aposentou.

Houve pressão de parte do PMDB, partido da base aliada, para que Fachin fosse rejeitado. Um dos opositores era o presidente do Senado, Renan Calheiros, em choque com o Planalto por ser investigado no petróleo.

O governo teve sucesso na articulação, apesar de Fachin ter recebido a maior votação contrária da atual corte — a oposição tem 18 senadores. Ele já havia sido aprovado (20 a 7) em sabatina na Casa na semana passada.

O jurista sofria resistência por ter apoiado Dilma na eleição de 2010 e defender causas progressistas, como a reforma agrária. Após a votação, a presidente telefonou para Fachin, que chorou ao saber do resultado.

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Senado aprova indicado por Dilma para o Supremo

Presidente vence resistência imposta por
Renan Calheiros (PMDB) à nomeação

Partidos governistas deram parte dos votos contrários ao jurista, que teve oposição de ruralistas e evangélicos

Depois de mobilizar senadores, o governo conseguiu vencer resistências de parte dos aliados e da oposição e o plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira (19), por 52 votos a 27, o nome do advogado e professor Luiz Edson Fachin para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal).

Indicado pela presidente Dilma Rousseff, o gaúcho Fachin, 57, vai assumir a vaga deixada pelo ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho do ano passado.

Apesar de não admitir publicamente, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), trabalhou contra Fachin para retaliar o Palácio do Planalto, mas ele não conseguiu o apoio da cúpula de seu partido na Casa. Renan é um dos investigados na Operação Lava Jato.

O governo contava com um quorum alto para garantir a aprovação — Fachin precisava de pelo menos 41 votos para garantir a vaga no STF — e conseguiu trazer ao plenário 79 dos 81 senadores.

Apesar da vitória, Fachin teve o maior número de votos contrários (27) entre todos os ministros indicados por Dilma e pelo ex-presidente Lula para o Supremo.

A ministra Rosa Weber, que enfrentou uma das mais difíceis votações, recebeu 14 votos contrários. Gilmar Mendes, indicado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), recebeu 15 votos contra o seu nome no plenário do Senado.

Como a oposição tem apenas 18 senadores, somando as bancadas do DEM, PSDB e PPS, e alguns votaram a favor da indicação, o indicado do governo teve votos contrários entre partidos aliados.

Por temer que Fachin fosse derrotado, a própria presidente Dilma assumiu a articulação pró-Fachin na semana passada, quando chamou Renan para uma conversa sobre o assunto.

Depois da votação, Dilma ligou para o novo ministro do STF e, segundo a **Folha** apurou, disse que momentos como esse fazem valer a pena ser presidente da República, referindo-se à aprovação do currículo de Fachin para o STF.

Emocionado, segundo amigos, Fachin acompanhou a votação em um hotel em Brasília ao lado da família e chorou ao saber do resultado.

O novo ministro também falou com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, para agradecer seu apoio na disputa pela vaga na corte. Lewandowski foi o principal cabo eleitoral de Fachin.

Por meio de nota, o jurista agradeceu o Senado e Dilma. “Para mim e para toda a minha família é um momento de grande emoção e felicidade. Chegar ao Supremo não é apenas a realização de um sonho e sim, especialmente, a concretização de uma trajetória que a partir de hoje se converte em compromisso com o presente e com o futuro”.

CONTINUA

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RESISTÊNCIAS

Fachin enfrentava resistências de senadores da bancada evangélica e ruralista, além da oposição, por ter lido um manifesto a favor de Dilma nas eleições de 2010 e ter defendido causas consideradas progressista como a reforma agrária.

Evangélico, o senador Magno Malta (PR-ES) foi o único a discursar na sessão desta terça, criticando a indicação de Fachin.

Na semana passada, durante sabatina que durou 12 horas na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Fachin disse estar pronto para julgar “qualquer partido” com independência. Também adotou discurso moderado para agradar setores que o viam com desconfiança. Sobre o vídeo gravado em apoio a Dilma em 2010, disse que agiu como representante de um grupo de juristas que apoiava a petista.

O advogado evitou posições polêmicas ao se declarar contra o aborto e “em defesa da vida”. Sobre sua ligação com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Fachin afirmou ser contra “qualquer forma de violência” e disse que aprova decisões do STF de “não permitir desapropriação de área invadida” por trabalhadores rurais.

Durante a votação, cerca de 20 veículos estacionaram os carros na rua ao lado do Senado, na Esplanada dos Ministérios, e fizeram um “buzinaço” contra Fachin.

(GABRIELA GUERREIRO, ANDRÉIA SADI, MARINA DIAS, VALDO CRUZ E GABRIEL MASCARENHAS)

CONTINUA

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

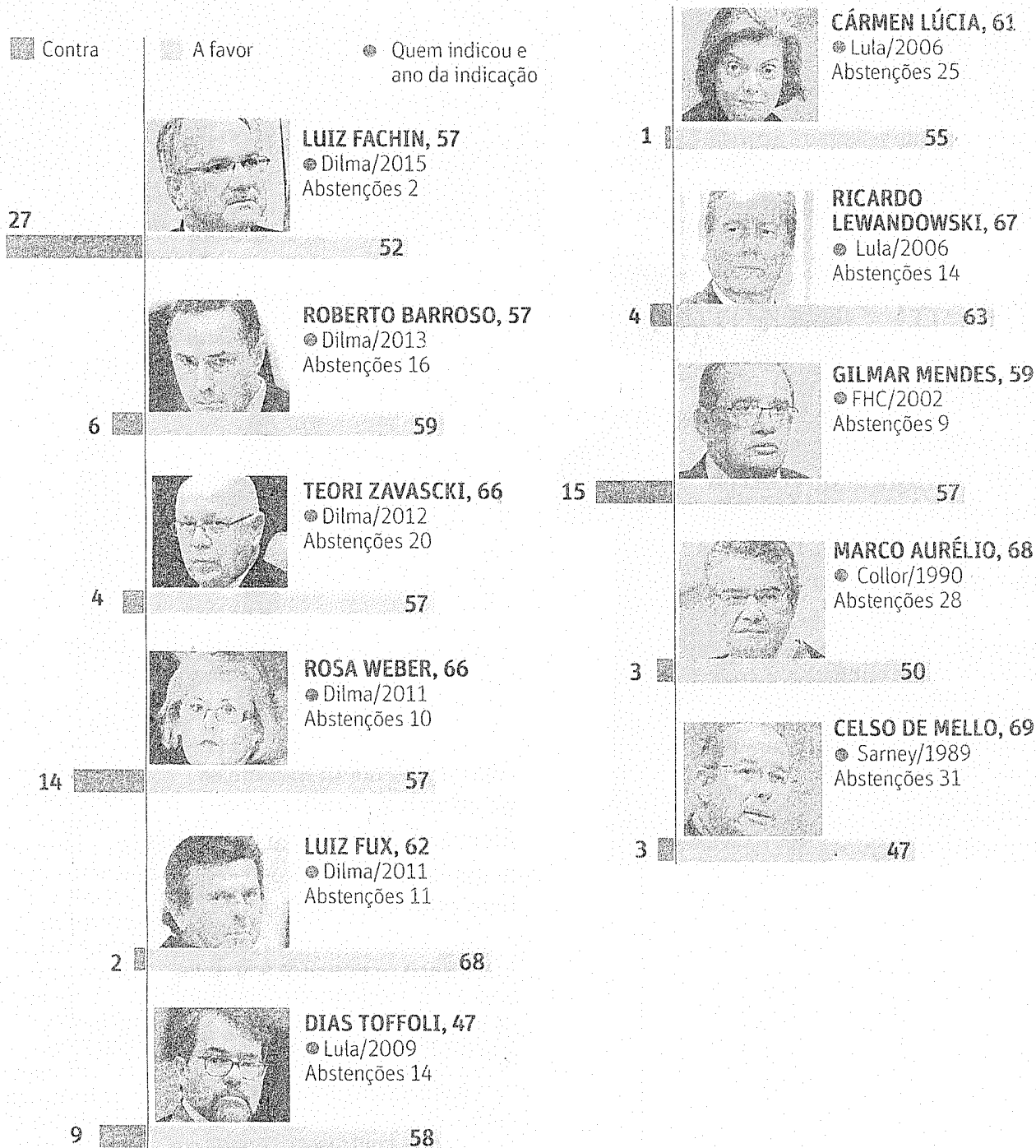
O APOIO NO SENADO

Como os senadores votaram as indicações dos atuais ministros do STF

■ Contra

■ A favor

● Quem indicou e ano da indicação



CONTINUA

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTRAS INDICAÇÕES

Como o Senado votou os outros indicados após a Constituição de 1988

Indicação				Abstenções	
2003	Joaquim Barbosa	3	66	12	
2003	Carlos Ayres Britto	3	65	13	
2003	César Peluzo	3	65	13	
1990	Carlos Velloso	1	49	31	
1991	Ilmar Galvão	0	48	33	
1992	Francisco Rezek	16	45	20	
1989	Sepúlveda Pertence	1	50	30	
1994	Maurício Corrêa	3	48	30	
1989	Paulo Brossard	7	55	19	
2000	Ellen Gracie	0	67	14	
2007	Menezes Direito	2	61	18	
2004	Eros Grau	5	57	19	
1997	Nelson Jobim	3	60	18	

CONTINUA

Divisão na cúpula do PMDB ajudou governo

Senadores que sempre votam alinhados com Renan Calheiros apoiaram indicação de Luiz Edson Fachin para o STF

Jucá e Eunício pensam em disputar cadeira do presidente do Senado e viram oposição a jurista como guerra particular

DE BRASÍLIA

A operação para aprovar a indicação de Luiz Edson Fachin para o STF (Supremo Tribunal Federal) foi possível graças a um racha na cúpula do PMDB do Senado, que costuma atuar em uníssono em questões polêmicas na Casa.

Em rota de colisão com a presidente Dilma Rousseff, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) trabalhou nos bastidores contra Fachin, mas não teve o apoio de seus colegas Romero Jucá (PMDB-RR) e Eunício Oliveira (PMDB-CE), que tradicionalmente votam alinhados em plenário.

O presidente do Senado nega que tenha trabalhado contra a indicação de Fachin.

Até a véspera da votação, peemedebistas tentaram demover Renan. Derrubar a indicação de Fachin seria, segundo eles, comprar briga com o Judiciário e o Executivo num momento turbulento por causa da Operação Lava Jato.

Renan é um dos políticos investigados por suspeita de participação no esquema de corrupção descoberto na Petrobras. Jucá também é alvo de um inquérito sobre o caso.

Alegando que o Senado deveria mostrar independência em relação ao governo federal, Renan não quis recuar. Juntou-se a ele na campanha contra Fachin o senador e ex-presidente Fernando Collor



Senadores governistas comemoram aprovação de Fachin

de Mello (PTB-AL), também investigado na Lava Jato.

Na segunda (18), o Supremo Tribunal Federal autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Collor. Apoia-dores de Fachin temiam que o ex-presidente conseguisse votos para derrubá-lo contaminado pela decisão tomada pelo ministro Teori Zavascki.

Jucá e Eunício, que podem disputar a cadeira de Renan no ano que vem, optaram por se descolar dele. Nas palavras de um congressista, não aceitariam o papel de “Renan boys” numa “guerra particular” do senador contra o Palácio do Planalto. Se ele tivesse saído vencedor, disse-

ram, o resultado passaria a imagem de que Renan se tornara o “dono do Senado”.

Segundo relatos, foi dito a Renan que o governo pode ser derrotado em outras questões, como temas econômicos, mas a imagem do Senado seria prejudicada se o currículo de Fachin — que se saiu bem na sabatina no Senado — fosse desprezado apenas para Renan se “vingar” de Dilma.

Jucá e Eunício pediram votos para Fachin entre congressistas da base aliada e também procurou integrantes de partidos da oposição, como o DEM, que virou seus votos para o jurista no final. (ANDRÉIA SADI E VALDO CRUZ)

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Day after

Entre os processos cuja relatoria Luiz Fachin herdará de Ricardo Lewandowski está a denúncia contra Renan Calheiros (PMDB-AL) por peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso. O ex-procurador-geral da República Roberto Gurgel denunciou o presidente do Senado em 2013, no inquérito que apura se ele usou dinheiro de empreiteira para pagar pensão a uma filha que teve fora do casamento. Renan comandou a tentativa derrubar de Fachin no plenário nesta terça-feira.

Herança Fachin ficará com o acervo de Lewandowski, que está na presidência. O de Joaquim Barbosa, que o advogado gaúcho substituirá, foi assumido por Luís Barroso. Fachin assumirá cerca de 1.000 processo, um dos menores passivos da corte.

Apaziguador Apesar da ação de Renan contra ele, o novo ministro do Supremo adotou logo depois da confirmação de seu nome um discurso de conciliação. Afirmou que o presidente do Senado foi "neutro" na condução de seu processo de escolha.

Escala... O governo vai usar o resultado da votação de Fachin como um termômetro para medir sua força nas próximas decisões tomadas no plenário do Senado.

... Fachin A equipe de Dilma Rousseff avalia que conseguiu um resultado positivo em terreno pantanoso, principalmente diante das investidas contrárias de Renan.

Spam Roberto Requião (PMDB-PR) mandou SMS a senadores da base e da oposição direto da Letônia, onde está em missão oficial. "Tranquilo de que seu voto e apoio levarão o competente dr. Fachin ao STF", escreveu.

tiroteio

Mais de 60% do Senado decidiu usar o mérito como critério. O restante ficou com a estreiteza das conveniências políticas.

DE HUMBERTO COSTA (PT-PE), líder da bancada no Senado, sobre aprovação da indicação de Luiz Edson Fachin para o STF, com voto de 52 dos 81 senadores.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO NELLO FRANCO

Justiça cega

BRASILIA - Na Roma antiga, a deusa da Justiça era retratada com os olhos cobertos para simbolizar a imparcialidade nos julgamentos. No Brasil de hoje, a Justiça também se diz cega, mas parece usar a venda para não enxergar a crise no país.

Enquanto os trabalhadores comuns sofrem com demissões e cortes de direitos, o Judiciário quer aumentar o salário de seus servidores em 31,4% neste ano. O plano prevê reajustes até 2017. Em quatro anos, custará R\$ 25,7 bilhões ao Tesouro, calcula o Ministério do Planejamento.

A bomba é capaz de implodir o ajuste fiscal, mas ganhou o apoio militante do presidente do STF, Ricardo Lewandowski. "Nós precisamos sempre [de reajuste]. Quem é que não precisa pagar o supermercado, já que houve um aumento do preço dos produtos?", disse o ministro.

Para azar do contribuinte, Lewandowski não está sozinho na cruzada corporativista. Em setembro passado, seu colega Luiz Fux determinou o pagamento de auxílio-moradia de R\$ 4.300 a todos os juizes do país.

A benesse foi aplaudida pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Roberto Nalini. "Não dá para ir toda hora a Miami comprar terno", afirmou. "O auxílio foi um disfarce para aumentar um pouquinho. E até para fazer com que o juiz fique um pouquinho mais animado, não tenha tanta depressão, tanta síndrome de pânico, tanto AVC."

Nesta terça, a Assembleia Legislativa do Rio começou a discutir outro benefício para os magistrados fluminenses: um "auxílio-educação" de até R\$ 2.860 ao mês. O lobby de Lewandowski em Brasília só vai estimular a corrida por novos privilégios.



Além das mordomias para os juizes, a única coisa que cresce no país é a coleção de gafes presidenciais. Nesta segunda, Dilma Rousseff chamou o ministro Edinho Araújo (Portos) de Edinho dos Santos. O prefeito de Niterói (RJ), Rodrigo Neves, foi rebatizado de Rodrigues.

20 MAI 2015

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça diz que tele não pode bloquear web

Tribunal de Justiça paulista nega recurso de operadoras;
Procon afirma que serviço continua sendo interrompido

Decisão envolve as operadoras Claro, TIM, Oi e Vivo; descumprimento gera multa de R\$ 25 mil/dia

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou recurso de operadoras de telefonia móvel e manteve liminar que impede provisoriamente o bloqueio de internet por celular em São Paulo após o uso da cota diária do pacote de dados — antes, a velocidade era apenas reduzida.

A ação envolve as operadoras Claro, TIM, Oi e Vivo, que estão sujeitas à multa diária de R\$ 25 mil em caso de descumprimento.

A decisão da Justiça vale apenas para o Estado de São Paulo, e afeta planos de dados com base em contratos antigos que garantiam que não haveria corte, mas apenas redução da velocidade.

Planos de dados baseados em contratos nos quais o corte já estava previsto ficam de fora da decisão.

A decisão foi tomada nesta terça-feira (19) pela 34ª Câmara de Direito Privado. De acordo com o desembargador Gomes Varjão, não ficou claro que, no momento da celebração dos contratos, o consumidor tenha sido devidamente informado de que a forma de acesso à internet seria provisória e de caráter apenas promocional.

ENTENDA O CASO

O bloqueio começou a ser aplicado no final de 2014. Com o corte, o cliente precisa desembolsar mais dinheiro para restabelecer a conexão, contratando um pacote com limite superior ao de sua franquia ou um pacote adicional para usar até o fim do ciclo de faturamento.

O Procon-SP obteve a liminar — decisão provisória enquanto se analisa o mérito da questão — no último dia 12 e, desde então, as operadoras não poderiam bloquear a internet após o uso da cota.

Varjão disse ainda que o interrupção do serviço surpreendeu milhões de consumidores.

O Procon, no entanto, diz que, desde que a liminar foi concedida, recebeu 3.603 reclamações em seu canal específico, que registra reclamações de bloqueio injustificado de internet móvel de consumidores do Estado de São Paulo.

Foram 1.881 reclamações contra a Vivo; 1.091 contra a TIM; 574 contra a Claro e 57 contra a Oi.

As queixas incluem clientes que contratam tanto serviços de telefonia pré-pagos quanto pós-pagos.

OUTRO LADO

Procurada, a TIM afirmou que tomou as providências necessárias sobre o tema após ser notificada da decisão judicial. Vivo, Oi e Claro afirmaram que não irão se pronunciar sobre o assunto.

20 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

REAJUSTE SALARIAL

A Justiça definiu a remuneração do administrador da massa falida do Banco Santos, Vânio Aguiar: ele receberá R\$ 205 mil pelos próximos 12 meses.

PREÇO BÁSICO

Do total, R\$ 175 mil serão pagos à Adjud (Administradores Judiciais Ltda.-EPP, liderada por Aguiar). Os outros R\$ 30 mil correspondem a honorários mensais. Ele receberá ainda 4,5% sobre a venda de imóveis (só a casa da rua Gália, onde vivia o antigo dono do banco, Edemar Cid Ferreira, vai a leilão por R\$ 118 milhões). E 3,5% sobre o valor de venda de obras de arte no exterior.

PREÇO BÁSICO 2

Credores da massa falida se dividem. Um grupo pretende contestar os desembolsos na Justiça.



Outro aceita os valores a serem pagos.

20 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Desfecho. Em votação no plenário, senadores confirmam indicação de advogado à 11ª cadeira de ministro da Corte; Palácio do Planalto celebra de forma discreta para não melindrar o presidente da Casa, Renan Calheiros; rejeição seria vista como derrota pessoal da petista

Senado aprova Fachin para o Supremo e Dilma obtém vitória em 'disputa política'

Com direito a buzinação perto do Congresso e apreensão ao longo do dia, o Senado aprovou ontem a indicação do advogado Luiz Edson Fachin à 11.ª cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal. Gaúcho radicado no Paraná, Fachin recebeu 52 votos favoráveis e 27 contrários. Para ser aprovado, o nome indicado pela presidente Dilma Rousseff precisava do apoio mínimo de 41 dos 81 senadores.

Líderes da base governista trabalharam desde cedo para garantir um quórum alto no Senado e reduzir os riscos de rejeição do indicado ao Supremo, o que não ocorre desde o governo Floriano Peixoto. Durante o dia, petistas mostravam-se apreensivos com as movimentações do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que é alvo de três inquéritos na Corte em decorrência da Operação Lava Jato e trabalhou nos bastidores para derrubar a nomeação de Fachin.

Apesar da tensão que permeou a definição do novo ministro do STF, a comemoração dos governistas após a votação foi discreta. Segundo um assessor do Planalto, Dilma considerou a vitória de "extrema importância" diante do clima de "disputa política".

Oficialmente, a Presidência divulgou nota na qual demonstrou "satisfação" pelo resultado da votação. Se Fachin tivesse sido rejeitado, o fato seria visto como uma derrota pessoal da petista.

A base aliada evitou atrito com Renan, já que o governo depende do aval do Senado às medidas provisórias do ajuste fiscal. "Em nenhum momento nós procuramos estabelecer vitórias ou derrotas de governo ou de oposição, ou de pessoas", disse o líder do PT, Humberto Costa (PE), também alvo de inquérito da Lava Jato. "Foi uma vitória da Casa, que soube fazer uma boa escolha de alguém que está preparado para esta posição."

Embora não tenha conseguido barrar a indicação de Dilma, a oposição obteve a maior votação contra uma escolha da petista para o Supremo. "Do ponto de vista do momento que vivemos no País, não foi uma boa escolha", disse o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO).

"Se a presidente indicasse Rui Barbosa, teríamos uma reação igual, porque é um momento de confronto político", ponderou Álvaro Dias (PSDB-PR), único tucano a defender publicamente o nome de Fachin.

Prévia. A estratégia dos aliados foi tentar votar o quanto antes a indicação de Fachin. Logo no início da sessão, líderes da base pediram ao presidente do Senado que colocasse essa votação como primeiro item da pauta. Já havia um elevado quórum – ao todo, 79 senadores registraram presença no plenário.

Renan negou o pedido e primeiro pôs em votação indicações para cargos de representação diplomática. Veio a surpresa do dia: o Senado rejeitou a escolha para o cargo de representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA) de Guilherme Patriota, irmão do ex-chanceler Antonio Patriota e ex-auxiliar de Marco Aurélio Garcia, assessor especial do Palácio do Planalto.

No Itamaraty, não há memória de um embaixador ter sido rejeitado no Senado. Desde 2011 o Brasil não tem um titular aprovado para o cargo na OEA, que segue ocupado interinamente.

CONTINUA

20 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) protestou e apontou questões políticas para a rejeição de Guilherme Patriota. “É a primeira vez na história que um diplomata de carreira é rejeitado pelo Senado Federal”, criticou. Renan reagiu e defendeu a soberania da Casa: “Se a votação fosse automática, não precisávamos fazer sabatina e votar no plenário”.

Em seguida, outros quatro diplomatas foram aprovados para embaixadas na França, em Mônaco, no Mali e na Geórgia. Passado o susto da rejeição de Patriota, Renan anunciou a votação da indicação de Fachin. Os aliados queriam dispensar a discussão do tema, mas o senador Magno Malta (PR-ES), da bancada evangélica, pediu a palavra e citou trechos da Bíblia para pregar a rejeição ao jurista.

A votação começou às 18h50 e, após quatro minutos, começou um buzinaço de carros enfileirados diante do Senado em protesto contra Fachin. Maistrês minutos e o placar mostrou a aprovação do indicado. Com a missão cumprida, o líder do governo, Delcídio Amaral (PT-MS), fez um afofo a Renan: “Quero dar o meu testemunho da sua isenção”.

Processo. A aprovação de Fachin em plenário é a última etapa de um longo processo. Dilma levou quase dez meses para indicar um substituto para Joaquim Barbosa. Assim que teve o nome anunciado, em 14 de abril, Fachin foi questionado tanto pela oposição quanto por setores da base por posições polêmicas em temas como propriedade e família e pela declaração de voto em Dilma em 2010. Essa desconfiança culminou na mais longa sabatina do Senado, com quase 11 horas de duração, na semana passada. Com a votação de ontem, resta a publicação do nome de Fachin no *Diário Oficial da União* e a posse, a ser marcada pelo STF.

Após a votação, Fachin divulgou uma nota de agradecimento ao Senado e à Presidência da República. “Chegar ao Supremo Tribunal Federal não é apenas a realização de um sonho e sim, especialmente, a concretização de uma trajetória que a partir de hoje se converte em compromisso com o presente e com o futuro.” / BEATRIZ BULLA, ISADORA PERON, LISANDRA PARAGUASSU, RICARDO BRITO e TÂNIA MONTEIRO

Disputa

“Se a presidente indicasse Rui Barbosa, teríamos uma reação igual, porque é um momento de confronto político”

Álvaro Dias (PSDB-PR)

ÚNICO SENADOR TUCANO A APOIAR PUBLICAMENTE A INDICAÇÃO DE LUIZ EDSON FACHIN À VAGA DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OS NOMES DA PRESIDENTE

20 MAI 2015

● Dos 11 ministros que compõem atualmente o Supremo Tribunal Federal, 5 foram escolhidos pela presidente Dilma Rousseff. Veja como o Congresso analisou cada indicação:



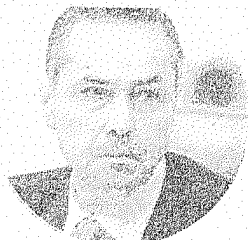
● Luiz Edson Fachin

Data de indicação
14 de abril de 2015

Sabatina
12 de maio de 2015

Votação no plenário
19 de maio de 2015

Placar
52 votos a favor **27** contra



● Luis Roberto Barroso

Data de indicação
23 de maio de 2013

Sabatina
5 de junho de 2013

Votação no plenário
Ocorreu no mesmo dia da sabatina

Placar
59 votos a favor **6** contra



● Teori Zavascki

Data de indicação
10 de setembro de 2012

Sabatina
25 de set. e 17 de out. de 2012*

Votação no plenário
30 de outubro

Placar
57 votos a favor **4** contra



● Rosa Weber

Data de indicação
7 de novembro de 2011

Sabatina
6 de dezembro de 2011

Votação no plenário
13 de dezembro de 2011

Placar**
57 votos a favor **14** contra



● Luiz Fux

Data de indicação
2 de fevereiro de 2011

Sabatina
9 de fevereiro de 2011

Votação no plenário
Ocorreu no mesmo dia da sabatina

Placar
68 votos a favor **2** contra

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SUPREMO EM PAUTA:
Eloisa Machado de Almeida

20 MAI 2015

ESTADÃO V FGV DIREITO SP

Tudo como era antes

Se sob condições normais não haveria dúvidas sobre a aprovação de um nome indicado pela Presidência para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, a atenção que seu deu ao nome de Luiz Edson Fachin expôs o momento de tensão que se estabeleceu entre Legislativo, Presidência e STF. Parte do Senado, insatisfeita, ameaçava barrar seu nome; a Presidência, por sua vez, foi atacada pela demora na indicação de alguém para completar o plenário da Corte.

Muito se falou dos problemas do processo de escolha de ministros, da falta de transparência, do alcance dos poderes presidenciais, do interesse de senadores. Em resposta a todas essas questões, a aprovação da Emenda Constitucional 88 alterou a idade de aposentadoria para 75 anos e, com exceção ao enorme impacto que exerce sobre os poderes da atual presidente, não mudou em nada o procedimento de escolha dos ministros.

Ao final, entretanto, não obstante toda esta tensão, o resultado foi a aprovação do nome de Fachin, o que reinstaurou um certo ar de previsibilidade e normalidade das relações entre os Poderes.

Normalidade parece ser o efeito a se esperar de Fachin também no STF. As suas posições jurídicas mais controversas foram devidamente amenizadas na sabatina para garantir sua aprovação. Família, propriedade e valores cristãos orientaram as suas respostas aos senadores e talvez orientem seus votos nos julgamentos do Tribunal.

Com isso, o Supremo, que já vem se dedicando a casos menos polêmicos sob a presidência de Ricardo Lewandowski, se apequena: é o local que sofre com efeitos colaterais da disputa entre Congresso e Presidência, onde o recém-aprovado ministro é sabatinado por indiciados da Operação Lava Jato e que está sujeito a mudanças de composição de ocasião.

PROFESSORA E COORDENADORA DO SUPREMO
EM PAUTA FGV DIREITO SP

20 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Fachin se torna o primeiro ministro 'paranaense' no STF

Senado aprovou ontem por 52 votos a 27 nome do jurista gaúcho radicado no Paraná para ocupar vaga deixada por Joaquim Barbosa



Edson Ferreira e
Luís Fernando Wilteburg
Reportagem Local

O advogado paranaense Luiz Edson Fachin foi aprovado para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem no Senado, com 52 votos favoráveis e 27 contrários. Para ser aprovado, ele precisava do apoio de, no mínimo, 41 dos 81 senadores. Após o resultado, apoiadores de Fachin promoveram um buzinaço em frente ao Congresso. O jurista gaúcho radicado no Paraná se torna assim o primeiro "paranaense" a ocupar uma vaga no

STF. Agora, o nome do advogado deve ser publicado no Diário Oficial da União, e, em seguida, o Supremo deve agendar sua posse, o que ainda não tem data para acontecer.

Fachin acompanhou a votação de um hotel em Brasília e, logo após o resultado, se manifestou por meio da assessoria de imprensa e agradeceu "ao Senado Federal e à Presidência da República a indicação confirmada para desempenhar a honrosa missão de Ministro do Supremo Tribunal Federal". Segundo ele, chegar ao STF "não é apenas a realização de um sonho e sim, especialmente, a concretização de uma trajetória que a

"Chegar ao STF é a concretização de uma trajetória que a partir de hoje se converte em compromisso com o presente e com o futuro", afirmou Luiz Edson Fachin

partir de hoje se converte em compromisso com o presente e com o futuro".

Líderes da base aliada trabalharam desde cedo para garantir que houvesse quórum na Casa e o nome do jurista passasse sem sustos. Durante o dia, petistas mostravam-se apreensivos com as movimentações do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que trabalhou nos bastidores para que Fachin fosse derrotado.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 20 MAI 2015

CONTINUAÇÃO

Relator do parecer sobre a indicação do jurista, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse à FOLHA que o resultado da votação confirmou a articulação política nos bastidores contra a aprovação, "mais por causa de quem indicou do que pelo indicado". Fachin foi indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT), com quem o PMDB, especialmente Renan tem demonstrado divergências. "De qualquer maneira, com a confirmação dele, é um orgulho para o Estado, para a academia e para o mundo jurídico do Paraná", disse o tucano.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que o "Brasil ganha muito" com a indicação de um jurista da qualidade de Fachin, mas ressalta a importância para o Paraná, que há mais de cem anos não tinha um representante na Suprema Corte. Porém, para ela, o mais importante foi a união de políticos e de entidades do Paraná a favor de sua aprovação. "Isso pôs por terra aquela discussão que tentava partidizar a indicação", afirmou.

Ausente da votação assim como Zezé Perrella (PDT-MG), o senador Roberto Requião (PMDB-PR) ressaltou, por meio de sua assessoria, a união em torno do nome do jurista e que "talvez, nenhum outro indicado tenha recebido tanto apoio quando Fachin". O senador ainda afirmou que o Senado escolheu "um dos melhores nomes" apontados nos últimos anos para a Suprema Corte.

Presente na votação do Senado, o governador Beto Richa (PSDB) usou o seu perfil no Facebook para classificar a nomeação de Fachin como uma grande vitória do Estado,

mas também deve ser comemorada por quem respeita a democracia. "Tenho convicção absoluta de que Fachin confirmará as nossas melhores expectativas, atuando com sabedoria, experiência e, acima de tudo, independência", escreveu.

LONGO PROCESSO

A aprovação do jurista em plenário é a última etapa de um longo processo. A presidente Dilma Rousseff levou quase dez meses para escolher um nome para substituir Joaquim Barbosa no STF. Assim que anunciou a sua indicação, em 14 de abril, Fachin começou a ser questionado tanto pela oposição quanto por parte da base aliada. O resultado da desconfiança em torno do nome dele culminou na mais longa sabatina da história. No escrutínio da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que durou quase 11 horas, o advogado tentou se afastar das polêmicas que surgiram em torno do seu nome, especialmente em relação à sua possível ligação com o PT.

A votação ontem começou às 18h50 e, quatro minutos depois, começou um buzinação de carros que se enfileiraram na altura do Senado. Eles protestavam contra a indicação de Fachin. Três minutos depois, o nome de Fachin foi aprovado sob aplausos. "Quero dar o meu testemunho da sua isenção", disse o líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), a Renan Calheiros, que, nos bastidores, atuou contra a indicação. (Com Agência Estado)

CONTINUA

Ex-ministro do STF e entidades jurídicas comemoram aprovação

Ricardo Chapola
Agência Estado

Curitiba - O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso e entidades do meio jurídico comemoraram a nomeação do advogado Luiz Edson Fachin como o mais novo membro da Corte. "Fachin é um bom jurista. E foi feliz na rigorosa sabatina a que foi submetido no Senado", afirmou Velloso, ao elogiar a participação da Casa no processo de seleção de um novo ministro do STF. "Isso (a participação do Senado) é muito bom. Que o Senado continue cada vez mais rigoroso nas sabinas. É a forma de o poder legislativo participar do processo de maneira legítima".

Entidades jurídicas, como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná também comemoraram a nomeação de Fachin. "O Senado deu um presente ao País neste momento de crise política", disse o presidente da AMB, João Ricardo Costa. Ele ainda relativizou as polêmicas que surgiram relacionando o nome de Fachin ao PT e a movimentos de esquerda, como o Movimento dos Trabalhadores sem-terra. Não é um elemento que venha a contraindicar o ingresso dele no STF".

O presidente da OAB-PR, Juliano Breda, disse que "o Brasil vai dormir mais justo" após a aprovação de Fachin pelo Senado. "O STF ficou maior com a indicação dele, porque Fachin honra a tradição de grandes magistrados no Supremo", disse Breda. "A votação dele só mostra a superação de Fachin mesmo num momento de grande conflagração político-partidária no País."

20 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

35 auditores de Londrina doaram à campanha de Beto

Fiscais da Receita Estadual doaram ao menos R\$ 83,6 mil para a campanha de reeleição do governador, incluindo 9 dos 15 réus da Publicano

Loriane Comeli
Reportagem Local

Pelo menos R\$ 83,6 mil arrecadados pela campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB) vieram de auditores da Receita Estadual de Londrina por meio de doações de 35 auditores, incluindo nove dos 15 réus da Operação Publicano deflagrada em março pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que revelou a existência de um esquema de cobrança de propina de empresários que sonegavam impostos estaduais.

Conforme a prestação de contas de Beto no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as doações variam entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil. Os maiores valores foram doados pelo casal Márcio de Albuquerque Lima, apontado pelo Gaeco como líder da organização criminosa, e Ana Paula Pelizari Marques Lima. Cada um contribuiu com R\$ 5 mil.

Os auditores Dalton Lázaro Soares, Iris Mendes da Silva, José Luiz Favoreto,

Marco Antonio Bueno, Miguel Arcanjo Dias, Ranulfo Dagmar Mendes e Rosângela de Souza Semprebom – réus na denúncia do esquema criminoso – também foram colaboradores da campanha. Todas as doações ocorreram em setembro e a maioria foi feita por meio de transferência eletrônica.

Também fizeram doações o auditor Jaime Nakano (R\$ 2 mil), que atualmente está lotado em Curitiba, e o atual coordenador da Receita do Paraná, José Aparecido Valêncio da Silva (R\$ 1 mil), apontados pelo auditor Luiz Antonio de Souza como integrantes da quadrilha que agia em Londrina. Souza é o único auditor que até agora resolveu colaborar com as investigações do Gaeco, revelando, em acordo de delação premiada, nomes de outros auditores que participariam do esquema, além de empresários e políticos beneficiados.

Uma das denúncias de Souza envolve Beto, segundo declarou na semana passada o advogado de Souza,

Eduardo Duarte Ferreira: sua campanha de reeleição teria recebido aproximadamente R\$ 2 milhões de dinheiro oriundo de propina arrecadada por fiscais da Receita junto a três empresas da região. A “encomenda” do valor teria partido de Luiz Abi Antoun, parente distante de Beto, que teria incumbido Lima – a quem indicou para o cargo – de obter o dinheiro. O PSDB qualquer arrecadação ilegal na campanha.

Sobre as doações feitas por auditores, o diretório estadual do PSDB “ressalta que as doações para a campanha de 2014 foram realizadas de maneira voluntária e que todas ocorreram dentro da legalidade, sendo registradas e atestadas pelo Comitê Financeiro. As contas foram apresentadas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral”.

Quanto às doações legais feitas pelos auditores, Ferreira disse que seu cliente as citou nos depoimentos, mas o advogado não deu detalhes do teor das declarações. O Gaeco não comentou o fato.

20 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

STJ nega habeas corpus a mulher de ex-inspetor

Luis Fernando
Wiltemburg
Reportagem Local

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou ontem habeas corpus impetrado pela defesa de Ana Paula Pelizari Marques Lima, presa por suspeita de envolvimento no esquema de cobrança de propinas a empresários por auditores da Receita Federal que é investigado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina. Ela é mulher de Márcio Albuquerque de Lima, ex-inspetor-geral da Receita apontado como chefe do esquema e copiloto do governador Beto Richa (PSDB) em corridas automobilísticas. Douglas Maranhão, um dos advogados de Ana Paula, confirmou ontem o despacho, mas disse não ter tido acesso ao teor. A publicação está prevista para hoje.

A decisão do STJ confirma despacho do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que negou pedido semelhante na quinta-feira passada. A defesa de Ana Paula alega que ela sofre constrangimento pela prisão preventiva baseada em "fantasiosas elucubrações" do envolvimento dela nos fatos investigados e que não há elementos que ensejem sua prisão cautelar.

Também argumenta que a gravidade dos delitos que teriam ocorrido, mas ainda não indiciados, não pode fundamentar a decisão cautelar.

Porém, em seu voto, o desembargador Laertes Ferreira Gomes afasta a ocorrência de constrangimento ilegal por considerar que há elementos que indiquem a participação dela em conluio com outros investigados - "inclusive por ser esposa de um dos mentores da organização criminosa", ressalta o magistrado - e pelo recebimento e oferta de valores ilícitos, "inclusive efetuado pagamentos, para a finalidade de corromper agentes do Gaeco no intuito de repassar informações privilegiadas ao restante da organização criminosa".

20 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Promotor deixa o Gaeco para atuar em Curitiba

Após 12 anos em Londrina, Cláudio Esteves vai trabalhar junto ao Tribunal de Justiça

Edson Ferreira
Reportagem Local

O promotor Cláudio Esteves, ex-coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, tomou posse ontem no cargo de procurador de Justiça do Ministério Público (MP) do Paraná. Depois de 12 anos atuando em investigações criminais com foco no desvio de dinheiro público – inicialmente na extinta Promotoria de Investigação Criminal (PIC) – ele passa a atuar em Curitiba junto ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

Esteves passou pelas comarcas de Apucarana, Matelândia, Capanema e Astorga, antes de chegar a Londrina, onde trabalhou em casos que entraram para história política da cidade, como o escândalo AMA/Comurb na Prefeitura de Londrina, “o mais emblemático de todos”, conforme ele mesmo classifica. Naquela investigação foram identificadas diversas licitações fraudulentas nos dois órgãos municipais durante a gestão do ex-prefeito Antonio Belinati, que acabou cassado no ano 2000.

A saída de Esteves do Gaeco coincide com o anda-

mento da Operação Publicano, que apura casos de corrupção na Receita Estadual de Londrina. Conforme o coordenador estadual do Gaeco, procurador de Justiça Leonir Batisti, “trata-se de uma saída circunstancial, sem relação com a investigação, embora possa-se afirmar que não seria o (momento) ideal”. Contudo, ele afirmou que as operações continuaram com “o mesmo empenho”.

O promotor de Justiça Jorge Fernando da Costa é o novo coordenador do Gaeco de Londrina.

20 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Caso BNDES tem cinco juízes federais atuando

O Ministério Público Federal (MPF) adotou uma estratégia diferente, nas investigações que realiza há meses nos negócios do BNDES. Em vez de concentrar todas as iniciativas em um único magistrado, como na Operação Lava Jato (coordenada pelo juiz Sérgio Moro, titular da Vara Federal de Curitiba), desta vez o MPF diluiu os seus mais de 60 pedidos de prisão, no caso do BNDES, entre cinco juízes federais.

Pente fino no BNDES

Os negócios do BNDES passaram por pente fino: o MPF examinou cada contrato, os detalhes e a procedência de dezenas de denúncias.

AGENDA

Direito Processual Civil

Londrina - A Pós-Graduação em Direito Processual Civil e o Novo CPC, da Faculdade Pitágoras, promoverá palestra inaugural, aberta ao público, com o tema: "O Novo Direito Processual Civil: abordagem comparativa entre o antigo e o novo CPC", com o professor Jesualdo de Almeida Junior. O evento destacará as novidades da Lei 13.105/2015 - Novo Código de Processo Civil, mudança legislativa de grande importância para advogados e estudiosos do Direito. A palestra é gratuita e acontecerá no dia 23 de maio, sábado, às 9 horas, na Faculdade Pitágoras de Londrina. É necessário confirmar presença pelo devanir.toneto@pitagoras.com.br, (43) 8823-5452-(43)3373-7365 ou helio.neto@kroton.com.br, (43) 9646-2397 e (43)3373-7393. Os participantes receberão certificados.

20 MAI 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Aposentadoria de magistrados aos 75 anos

*Jônatas Pirkiel

O Congresso Nacional promulgou a emenda Constitucional 88/2015, que teve origem na PEC 457/2005, do Senador Pedro Simon, alterando o artigo 40 da Constituição, que trata da aposentadoria dos servidores públicos, com a seguinte redação: "...Artigo 40[...], § 1º II- compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar...", especificamente para os ministros dos tribunais superiores, nas condições do artigo 52 da Constituição Federal.

A alteração introduzida na Constituição deve provocar ampla discussão nos mei-

os jurídicos e nos tribunais, como se pode ver pelas repercussões que já ocorreram, quer pela ação proposta no Supremo Tribunal Federal pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que discordam da interpretação de que os ministros dos tribunais superiores terão que se submeter a nova sabatina no Senado para prolongarem seus mandatos por mais cinco anos. As associações de juizes não querem que a medida seja estendida também a Desembargadores.

A par de tais discussões, desembargadores de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro já conseguiram liminares para permanecerem nos cargos

até 75 anos. Isto porque a emenda aprovada tem vício de inconstitucionalidade ao definir a idade de permanência só para os ministros dos tribunais superiores, a exigência da sabatina para a permanência por mais cinco anos e a necessidade de lei complementar regulamentadora das condições de aposentadoria.

A polêmica em razão do tema é grande e divide as opiniões dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Divergências que podem ser dirimidas pela decisão do Supremo Tribunal Federal que deverá, ainda esta semana, apreciar a ação das associações que representam os magistrados.

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

BEM PARANÁ 20 MAI 2015

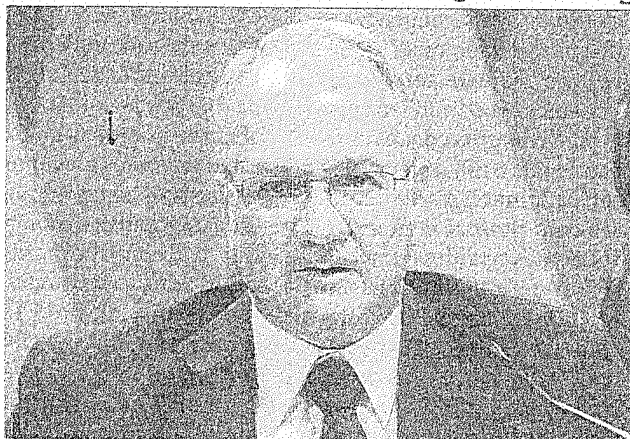
Senado aprova indicação de Fachin para o STF

Paranaense supera polêmicas e disputa política e garante vaga com 52 votos a 27

Da Redação
com agências

Depois de muita polêmica, o Senado aprovou ontem, por 52 votos a 27, a indicação do jurista paranaense Edson Fachin, para ministro do Supremo Tribunal Federal, no lugar do ex-ministro Joaquim Barbosa, que pediu aposentadoria. A indicação foi feita pela presidente Dilma Rousseff, mas vinha sendo bombardeada por integrantes da oposição e mesmo parlamentares da base do governo, em razão de supostas ligações de Fachin com o PT e pelas opiniões progressistas do jurista em relação a reforma agrária e a questões envolvendo direito da Família.

Em meio à "guerra" em que se tornou o debate político no País, o paranaense vinha tendo sua indicação criticada em razão de um depoimento gravado em vídeo na eleição de 2010, quando declarou apoio à eleição de Dilma. Também era apontado como suposto simpatizante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em relação à eleição de 2010, ele se defendeu afirmando que havia se posicionado na época como cidadão. Já sobre



Fachin: Candidatura uniu adversários políticos

o MST, ele negou apoiar invasões de terra.

O paranaense também vinha sendo questionado pelo fato de ter mantido o exercício da profissão de advogado na década de 1990, ao mesmo tempo em que era procurador do Estado. Em sabatina no Senado no último dia 12, ele explicou que entrou em contato o procurador-geral do Estado na época e a Ordem dos Advogados do Brasil, que declararam legítima a dupla jornada. "Tive a resposta do meu órgão de classe e do meu decreto de nomeação", disse Fachin. "A Constituição Federal disciplina o exercício da profissão, enquanto a Constituição do Paraná trata do Esta-

tuto dos Funcionários, falando sobre as condições de trabalho dos servidores".

O resultado da desconfiança em torno do nome de Fachin culminou na mais longa sabatina da história. No escrutínio da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que durou quase 11 horas, o advogado tentou se afastar das polêmicas que surgiram em torno do seu nome, especialmente em relação à sua possível ligação com o PT.

Para compensar as restrições contra seu nome junto ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL) e parlamentares de oposição ao governo Dilma, o professor da Universidade Federal do Pa-

raná recebeu um apoio suprapartidário no Estado. Tanto o governador Beto Richa (PSDB), quanto os senadores Alvaro Dias (PSDB), Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT) se engajaram na campanha em favor do jurista. Richa inclusive foi à Brasília na semana passada para acompanhar a sabatina, e também à sessão de ontem.

Carreira - Fachin é graduado em Direito pela UFPR, onde é professor titular de Direito Civil, com mestrado e doutorado em direito pela PUC de São Paulo. Atuou como pesquisador convidado do Instituto Max Planck, na Alemanha, e professor visitante do King's College, na Inglaterra. Integra ainda a Comissão Estadual da Verdade do Paraná no governo Beto Richa.

Também ontem, o Senado rejeitou a indicação de Guilherme Patriota, à vaga de representante do País na Organização dos Estados Americanos (OEA). O nome foi rejeitado por não alcançar o número mínimo de 41 votos favoráveis. "É a primeira vez na história que um diplomata de carreira é rejeitado pelo Senado Federal", criticou o petista Lindbergh Farias (RJ).

Supremo

O governador Beto Richa desembarcou ontem em Brasília, para acompanhar a votação da indicação do jurista paranaense Luiz Edson Fachin para ministro do Supremo Tribunal Federal. Aproveitou a viagem para se reunir com a cúpula nacional do PSDB, de quem espera apoio para enfrentar a onda de notícias negativas motivadas pelo ajuste fiscal do Estado e os conflitos com os servidores públicos. Richa atribui a situação a uma tentativa do PT de desgastá-lo como forma de compensar a crise vivida pelo partido e o governo da presidente Dilma Rousseff.

20 MAI 2015

PAINEL BEM PARANÁ

Pílula

Um fabricante de anticoncepcional terá que indenizar em R\$ 150 mil uma mulher que engravidou após o uso de contraceptivo contendo placebo, a chamada "pílula de farinha". A decisão é as 10ª Câmara de Direito Privado do TJ de São Paulo.

Protestos

Manifestante que tem foto publicada por veículo de comunicação não tem direito a indenização por dano moral, pois a imprensa tem direito de divulgar acontecimentos relevantes do país. O entendimento é da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal.

Vestibular

Estão abertas as inscrições do Vestibular de Inverno 2015 da Universidade Positivo. São 81 vagas no curso de Direito para o campus Praça Osório da instituição. Os candidatos podem optar pelo formato tradicional (data fixa para realização da prova) ou vestibular agendado. Informações: www.up.edu.br/vestibular

Matrícula

O TRF da 4ª Região determinou ao Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) que aceite a matrícula de um estudante que concluiu o ensino médio por meio de curso supletivo antes de completar 18 anos. Segundo o relator do processo, "a instituição de ensino superior não possui poderes para refutar o certificado de conclusão de ensino médio".

Palestra (I)

A diretoria do IAP - Instituto dos Advogados do Paraná promove nesta quinta-feira (21/5) a palestra "A responsabilidade dos advogados públicos pela emissão de pareceres", proferida pelo advogado Edgar Guimarães. A inscrição é gratuita. Confirmações de presença pelo email secretaria@instituto.adv.br ou pelo telefone (041) 3224-3213.

Palestra (II)

O advogado Marcelo Wanderley Guimarães fará palestra sobre os aspectos jurídicos relacionados com a saúde do trabalhador e a responsabilidade do empregador no próximo dia 22 em Curitiba. Informações e inscrições: www.abrh-pr.org.br e (41) 3262-4317

20 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIS GREVE

Os servidores do Poder Judiciário prometem entrar em greve na próxima terça-feira. O presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Vasconcelos, garante a reposição da inflação aos salários, com reajuste de 8,17%. Mesmo assim, o sindicato da categoria diz que suas reivindicações não foram sequer discutidas em reunião realizada ontem.

TEM GRANA

Segundo o sindicato, Vasconcelos disse que o governador Beto Richa pediu que o TJ acompanhasse o reajuste do Executivo e aplicasse apenas 5% em duas parcelas. O presidente do TJ teria dito que respeita a solicitação, mas vai aplicar a lei. O tribunal tem orçamento destinado à reposição da inflação, previsto e aprovado ainda em 2014.

SEM DIÁLOGO

Mesmo com 30 mil servidores na rua, governo mantém reajuste de apenas 5%

Samuel Bittencourt
samb@tribunadoparana.com.br

Após 30 mil servidores públicos - número calculado pela Guarda Municipal - irem às ruas de Curitiba pra cobrar maior diálogo com o governo do Estado, a segunda etapa da greve dos professores, que começou no dia 27 de abril, vai continuar. Com isso, já existe a possibilidade de prorrogar as aulas de 2015 até janeiro de 2016.

A manifestação contou com participação de professores de todo o Paraná, além de servidores públicos de outras áreas. A manifestação começou por volta das 10h da manhã, com uma caminhada partindo das praças Santos Andrade, Rui Barbosa e Tiradentes, até a Praça Nossa Senhora de Salete, em frente ao Palácio Igua-



Manifestação reuniu funcionários de todas as regiões do Paraná.

çu, e à Assembleia Legislativa, onde manifestantes fizeram fila pra acompanhar a sessão.

Além da posição contrária às mudanças no fundo previdenciário, os manifestantes cobravam um reajuste no salário dos funcionários públicos que reponha a inflação dos últimos 12 meses, que chega a 8,17%. A proposta do governo, de 5% parcelados em duas vezes, foi confirmada em reunião na manhã de ontem, o que fez o Fórum das Entidades Sindicais (FES) orientar os 14 sindicatos que reúne a deflagrar uma greve geral dos

servidores.

“Ninguém está na rua porque quer, fomos provocados a isso. Estamos sendo punidos pelos erros de uma má administração, que mesmo após aumentar todos os impostos, desde IPVA até a conta de luz, ainda assim, teve que criar uma lei inconstitucional pra recorrer aos cofres de nossa previdência”, argumenta o professor da Unioeste Claudio Roberto Marquette Mauricio.

Pra definir o futuro da greve dos professores, a APP-Sindicato vai realizar uma assembleia na próxima sexta-feira.

Enrolação safa Taniguchi

O atraso de anos no julgamento de contas públicas pode gerar casos como o do ex-prefeito Cássio Taniguchi, que teve uma ação julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quando já havia sido eleito deputado federal. O STF o considerou culpado por dois crimes de responsabilidade. No entanto, como a aplicação da pena foi considerada prescrita, ele não precisou cumprir os seis meses (três de cada ação) de prisão



Cássio: pena prescrita.

a que foi sentenciado por mau uso do dinheiro público. Pela lei da Ficha Limpa, o ex-prefeito poderia ter sido considerado inelegível.

Taniguchi foi alvo de denúncia feita pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) quando era prefeito de Curitiba (entre 1997 e 1998). Ao ser eleito deputado em 2006, o inquérito foi enviado ao STF. Ao encabeçar o caso, o Ministério Público Federal (MPF) acusou o parlamentar de autorizar o pagamento de R\$ 4,9 milhões em precatórios de desapropriação de imóveis não incluídos no orçamento da prefeitura.

20 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Senado aprova a indicação de Fachin ao Supremo

Jurista paranaense obteve 52 votos a favor contra 27



O Senado aprovou, nesta terça-feira (19), a indicação do jurista Luiz Edson Fachin como ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Ele obteve 52 votos a favor, 27 votos contra e nenhuma abstenção. Para ter o nome aprovado, Fachin precisava do voto favorável de 41 senadores. Fachin ocupará a vaga aberta pela saída do ex-ministro Joaquim Barbosa em 2014.

A aprovação do jurista é vista como uma vitória do governo que se empenhou para que o jurista tivesse seu nome aprovado junto aos senadores. Ao longo das últimas semanas, o nome do advogado foi alvo de intensas críticas de parlamentares da oposição. Ainda não há data prevista para a posse de Fachin como ministro do STF.

Luiz Edson Fachin tem 57 anos de idade, é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (onde é professor titular). ■

A Justiça foi feita

O professor Luiz Edson Fachin foi aprovado pelo plenário do Senado por uma boa margem de votos, 52 a 27, e vai ocupar a vaga aberta por Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. A aprovação faz jus ao conhecimento técnico e a reputação de Fachin, um estudioso das questões jurídicas capaz de interpretar a complicada legislação brasileira com lisura e isenção.

A prova de que Fachin é uma escolha

certada é o fato de unir grupos políticos tão diferentes do estado em torno do seu nome. O jurista foi indicado pela presidente Dilma do PT, apoiada pela senadora petista Gleisi, mas foi o tucano Alvaro Dias quem defendeu a sua aprovação, como relator na CCJe também o peemedebista Roberto Requião chegou a enviar um requerimento para a sessão para anunciar o seu voto em Fachin. ■

TRIBUNA DO PARANÁ

FACHIN SIM

O plenário do Senado aprovou ontem, com 52 votos a favor e 27 contrários, a indicação do advogado paranaense Luiz Edson Fachin (foto), 57 anos, pro cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF). Ele foi indicado pela presidente Dilma, em abril, pra ocupar a vaga aberta desde julho do ano passado, quando Joaquim Barbosa deixou a função.